



Área preservada da Amazônia próxima a Uruará, no Pará; ANM autorizou exploração de nióbio no município Lalo de Almeida - 18.jul.20 / Folhapress

Autorizações para exploração de nióbio explodem na Amazônia

Durante gestão Bolsonaro, liberação de permissões na região cresceu 156% na comparação com o triênio anterior

Vinicius Sassine

BRASÍLIA As autorizações para exploração de nióbio na Amazônia mais do que dobraram no governo de Jair Bolsonaro (PL), um entusiasta e divulgador do metal antes e depois da chegada à Presidência da República.

As áreas com pesquisas autorizadas pela ANM (Agência Nacional de Mineração) incluem nove assentamentos de reforma agrária, sem evidências de que os assentados tenham sido consultados, e franjas de duas terras indígenas e de uma unidade de conservação federal.

Bolsonaro usa o nióbio como argumento para a defesa de mineração em áreas conservadas na Amazônia, em especial em terras indígenas, o que é vedado pela Constituição Federal.

Em 2020, o governo enviou ao Congresso um projeto de lei que busca regulamentar autorizações para exploração mineral em terras indígenas. O projeto não avançou.

O presidente repete o discurso sobre o nióbio frequentemente — já o levou até mesmo à Assembleia-Geral da ONU, no tradicional discurso de abertura da conferência anual feito pelo líder do Brasil.

O chefe do Executivo ignora nas falas que o país já é o principal produtor do metal, com 88% do total mundial, e que jazidas exploradas —principalmente em Minas Gerais— têm material suficiente para abastecer o mercado nas próximas décadas. Falta demanda para o nióbio, usado para tornar ligas metálicas mais leves e resistentes.

Com a ofensiva de Bolsonaro, explodiram os requerimentos de exploração do metal, as posteriores autorizações de pesquisa e o aval para busca por nióbio na Amazônia.

Um levantamento feito pela Folha no sistema de processos da ANM mostra que 295 requerimentos de exploração do nióbio foram protocolados em 2019, 2020 e 2021, os três primeiros anos do governo Bolsonaro. A ANM concedeu 171 autorizações de pesquisa no período, das quais 64 foram para a região da Amazônia Legal.

No triênio de 2016 a 2018,

foram 120 requerimentos e 74 autorizações de pesquisa, das quais 25 para a Amazônia. Assim, o aumento do aval para exploração de nióbio na Amazônia foi de 156% no governo Bolsonaro.

A comparação com o triênio anterior mostra uma explosão de autorizações de pesquisa. Entre 2013 e 2015, foram 9 autorizações na Amazônia, conforme o sistema da ANM. As 64 concedidas entre 2019 e 2021 representam, assim, um aumento de 611%.

A licença para a pesquisa permite a prospecção pelo metal e já envolve gastos elevados por parte das empresas e pessoas físicas interessadas. Gastos com infraestrutura, sondagem, beneficiamento, lavra experimental e trincheiras podem chegar a R\$ 1 milhão, conforme os valores informados à ANM.

No caso do nióbio, o mais comum é que os interessados busquem autorização para explorar o metal junto a outros minérios, como tântalo, bauxita e manganês.

O aumento de autorizações para o nióbio no governo Bolsonaro é superior ao verificado com outras substâncias. O tântalo, por exemplo, permaneceu estável de um triênio para outro.

Os requerimentos feitos nos três anos do governo, que envolvem nióbio, somam uma área de 1 milhão de hectares, o equivalente à área de 6,5 cidades de São Paulo. Entre 2016 e 2018, os requerimentos visavam áreas totais de 394 mil hectares, ou 2,5 capitais paulistas.

O levantamento feito pela Folha em dados públicos mantidos pela ANM mostra que 18 (28,1%) das 64 autorizações de pesquisa de nióbio na Amazônia nos últimos três anos passam por assentamentos de reforma agrária estruturados pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Ao todo, são nove assentamentos no Amazonas, no Amapá, no Pará, em Rondônia e em Roraima, onde estão assentadas 8.500 famílias, segundo dados atualizados pelo Incra em novembro de 2021.

Os documentos disponíveis nos processos da ANM não indicam que as comuni-

dades tenham sido consultadas sobre a exploração de nióbio nas áreas dos assentamentos. Há documentos que indicam aval do Incra, desde que ocorra uma comunicação prévia sobre o início das pesquisas.

“O Incra não participou dos processos de autorização de pesquisa nos assentamentos. A ANM deve ser consultada para prestar mais esclarecimentos”, afirmou o órgão, em nota. A ANM não respondeu aos questionamentos da reportagem.

Segundo o Incra, não há vedação para pesquisa e desenvolvimento de atividade minerária em assentamentos de reforma agrária. “O Incra e os beneficiários da reforma agrária serão consultados na fase de licenciamento ambiental para definição das medidas mitigatórias e compensatórias.”

Pelo menos dois processos para exploração de nióbio envolvem franjas de terras indígenas no Amazonas, conforme os mapas produzidos pela ANM.

O empresário João Carlos da Silva Martins, da cidade de Pontes e Lacerda (MT), é orecordista em autorizações de pesquisa de nióbio e outros minérios em assentamentos de reforma agrária (cinco autorizações) e em áreas coladas a terras indígenas (duas autorizações).

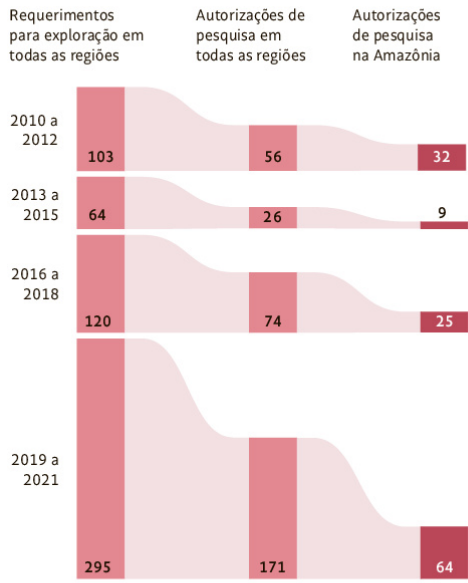
Os documentos da ANM mostram que a terra indígena é a Waimiri Atroari, onde vivem 2.000 indígenas —entre eles isolados da cabeceira do Rio Camanaú, conforme levantamento feito pelo ISA (Instituto Socioambiental). A reportagem não localizou Martins.

O empresário do ramo de transportes Marcos Vizona Carvalho, de Lábrea (AM), obteve autorização da ANM para pesquisar nióbio e casiterita em uma área de 1.166 hectares em Manicoré (AM).

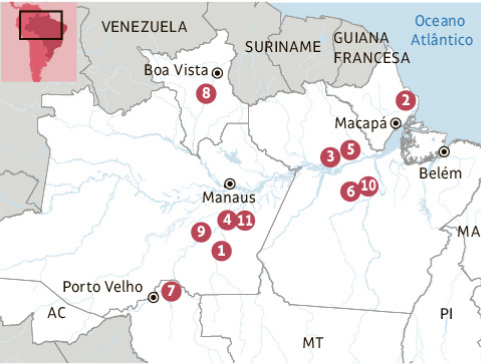
Os documentos do processo mostram que a área inclui bordas da terra indígena Tenharim Marmelos, onde vivem 535 indígenas tenharim.

“A área não está na terra indígena, está próxima à terra indígena, cerca de 300 a 400 metros. Tem uma rodovia dividindo”, disse Carvalho à Folha. Segundo o empresário, es-

Explosão do nióbio na Amazônia



Por onde passam autorizações de pesquisa emitidas de 2019 a 2021, na Amazônia



Assentamentos de reforma agrária

- 1 Rio Juma, em Apuí
- 2 Nova Vida e Cedro, em Tartarugalzinho
- 3 Paraíso, em Alenquer
- 4 Aripuanã-Guariba, em Novo Aripuanã e Apuí
- 5 Monte Alegre
- 6 Rio do Peixe, em Uruará
- 7 Jequitibá, em Candeias do Jari
- 8 Ajarani, em Iracema

Terras indígenas

- 9 Tenharim Marmelos, em Manicoré
- 10 Waimiri-Atroari, em Uruará

Unidade de conservação

- 11 Parque Nacional dos Campos Amazônicos, em Novo Aripuanã

Fonte: Levantamento da Folha no sistema da ANM (Agência Nacional de Mineração)

sa é a primeira vez que consegue uma autorização para pesquisar nióbio. “Eu sonhava com isso. Sonhava com carvão e aparecia nióbio. Minha expectativa é vender o metal dentro do Brasil.”

Questionada pela reportagem, a Funai (Fundação Nacional do Índio) não respondeu se participou das autorizações dadas pela ANM e se concorda com as áreas permitidas para pesquisa

de nióbio.

Outros projetos margeiam unidades federais de conservação, chegando a tocar nessas unidades, como é o caso do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, no Amazonas.

Já o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) disse não ter recebido nenhuma consulta sobre pesquisa de nióbio em unidades de conservação.

Em 3 semanas, desmatamento atinge recorde na região para mês de janeiro

RIO DE JANEIRO | AFP O desmatamento na Amazônia brasileira atingiu um novo recorde para janeiro já nas três primeiras semanas do ano, segundo dados do programa Deter, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Cerca de 360 km² de floresta foram destruídos de 1º a 21 de janeiro, aponta o Deter, programa que tem o objetivo de auxiliar ações de fiscalização, mas que, pelo monitoramento constante, pode ser usado para observar tendências de desmatamento.

Embora o registro pare em 21 de janeiro, a área desmatada até esse dia já é maior do que qualquer janeiro completo desde 2015, início do histórico recente do Deter.

O desmatamento da Amazônia em janeiro do ano passado foi de 83 km², quatro vezes menos do que o registrado nas três primeiras semanas de 2022.

Especialistas ambientais disseram que os dados podem indicar um risco elevado de que 2022 se torne outro ano devastador para a Amazônia, onde o desmatamento aumentou desde que o presidente Jair Bolsonaro assumiu o cargo em 2019.

“Um número tão alto em janeiro, pico da estação chuvosa, chama atenção e nos deixa extremamente preocupados”, diz Claudio Angelo, da ONG Observatório do Clima.

Em novembro, o Inpe anunciou que o desmatamento da Amazônia brasileira havia sido de 13.235 km² entre agosto de 2020 e julho de 2021, maior valor desde 2006.

Foi o terceiro aumento anual consecutivo desde a chegada ao poder de Bolsonaro, que é alvo de críticas internacionais por ter enfraquecido as políticas de proteção à floresta e por defender abertamente a mineração e a exploração agrícola em áreas protegidas.

“Precisamos aguardar os próximos meses, mas o sinal não é nada bom”, acrescentou Angelo.

Observatório do Clima revelou na terça-feira que o Ibama gastou apenas 41% de seu orçamento em 2021.

Viveiro fornece mudas de árvore gratuitas em SP

BELO HORIZONTE Os paulistanos que quiserem colorir seus quintais podem receber gratuitamente da Prefeitura de São Paulo até cinco mudas de árvores típicas brasileiras.

São mais de 90 variedades plantadas no Viveiro Manequinho Lopes, no parque Ibirapuera, como ipês, figueiras, jacarandás, jaboricabeiras e outras espécies alimentícias.

A solicitação é feita pelo telefone 156 ou online, pelo site SP156. Para participar, o proprietário do imóvel deve apresentar IPTU ouisenção em próprio nome, documento com foto e registros da área a ser plantada, como fotos ou croquis.

No caso de plantio em condomínios, é preciso carta do síndico autorizando o plantio e cópia da ata da assembleia que o elegeu.

A escolha das espécies pode levar em conta imagens de satélite do local, assim como quais outras plantas já estão presentes.